



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a
Assistente Social

**A evasão estudantil no Curso de Serviço Social da UNESPAR/
Campus Apucarana: desafios para a formação profissional**

Maria Jullya Defacio¹
Luciane F. Zorzetti Maroneze²

Resumo: A evasão estudantil no ensino superior constitui um fenômeno complexo e historicamente vinculado às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. No contexto da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR/Campus de Apucarana, o curso de Serviço Social tem enfrentado desafios quanto à permanência de seus estudantes. Nesse sentido, este artigo busca analisar os fatores que interferem na evasão, considerando que tal questão não está desconectada dos desafios da formação profissional. Como procedimento metodológico, utilizou-se de uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo com os(as) ex-estudantes do curso. Os resultados apontam a importância de investimento em políticas públicas de permanência estudantil, comprometidas com as demandas reais dos(as) estudantes.

Palavras-chave: Evasão estudantil; Curso de Serviço Social; Formação profissional

Abstract: Student desertion in higher education is a complex phenomenon historically linked to the structural inequalities of Brazilian society. In the context of the State University of Paraná - Campus UNESPAR/Apucarana, the Social Work course has faced challenges in terms of student retention. In this sense, this article seeks to analyze the factors that contribute to desertion, considering that this problem is not related to the challenges of professional training. As a methodological procedure, a bibliographic review and field investigation with course alumni were used. The results point to the importance of investing in public policies for student retention, committed to the real needs of students.

Keywords: Student dropout; Social Work program; Professional training

¹ Estudante de Graduação do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/ Campus Apucarana.

² Docente do Curso de Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR/ Campus Apucarana e doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina- UEL.



1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso de uma das autoras e tem como objetivo analisar os fatores que interferem na evasão do Curso de Graduação em Serviço Social da UNESPAR/ Campus Apucarana, considerando a percepção dos estudantes evadidos no período de 2021 a 2024.

Sabe-se que a evasão não é um fenômeno isolado e desconectado das determinações sócio-históricas, ela tem particularidades que se expressam desde a origem do ensino superior no Brasil, até os seus diferentes contextos de expansão. Quando se analisa quem historicamente teve acesso à universidade e, quem encontra barreiras para permanecer nela, está-se tratando da evasão, fenômeno que precisa ser compreendido dentro de um contexto social mais amplo, onde se cruzam desigualdades econômicas, falta de políticas públicas efetivas, dificuldades de acesso e permanência, e um sistema educacional historicamente marcado pela desigualdade social.

Nesses termos, compreender a evasão no ensino superior requer ultrapassar reflexões imediatas, que ignoram as condições materiais e institucionais que limitam a permanência dos estudantes. Não é possível falar de evasão sem refletir a respeito da política de permanência estudantil, a dialética se faz presente no movimento de evasão e permanência. No âmbito da formação em Serviço Social, os dados da pesquisa apontam que os desafios da permanência na graduação, tem levado muitos estudantes a optarem pelo ensino a distância, e isso, por diversas razões que serão aqui melhor discutidas.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2024), a taxa de evasão no sistema de educação superior brasileiro atingiu 17,5% no período 2023-2024, mantendo tendência de crescimento em relação aos anos anteriores. Na rede privada, o índice alcançou 19,9%, enquanto nas instituições públicas foi de 8,0%. Quando analisada por modalidade, a evasão na educação a distância chegou a 24,1%, ao passo que no ensino presencial foi de 9,5%, reflexos possivelmente relacionados aos cortes orçamentários, à redução de bolsas e auxílios e à precarização das condições de ensino. Na UNESPAR, os dados apontam que em 2023 do total de 8.691 estudantes matriculados, 1.396 (16,06%) desistiram do ensino. Em 2024 houve um aumento de estudantes matriculados, mas também um aumento na desistência. Do total de 9.181 estudantes matriculados, 2.608 (28,41%) acabaram desistindo (UNESPAR, PROGRAD, 2025).

Trata-se de dados que não podem ser analisados de forma isolada, tampouco como algo específico de uma ou outra instituição. O aumento da evasão nos últimos anos, bem como das vagas ociosas nas IES públicas são pautas permanentes que precisam ser dialogadas com toda a sociedade.

É com esse propósito que se apresenta as discussões desenvolvidas neste estudo, cuja relevância está na necessidade de ampliar o debate sobre a permanência estudantil como



dimensão essencial do direito à educação, entendendo que garantir o acesso não é suficiente se não houver políticas que assegurem condições concretas de continuidade.

Para este estudo, realizou-se uma pesquisa de campo com a aplicação de um questionário com os(as) ex-estudantes que evadiram o curso de Serviço Social entre os anos de 2021 e 2024. Cabe destacar que a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sendo autorizada em 12 de maio de 2025, conforme protocolo nº 23.624.179-3. Ao dar visibilidade às experiências e percepções de estudantes que interromperam sua formação, este trabalho contribui para a reflexão crítica sobre o papel das IES públicas, sobretudo em tempos de retrocessos e desfinanciamento das políticas sociais, bem como os desafios postos à formação profissional.

Para fins de organização, num primeiro momento busca-se situar alguns elementos fundamentais para entender a evasão estudantil, reconhecendo que a evasão e a permanência constituem a dialética de um fenômeno que expressa as desigualdades históricas de acesso e permanência nas IES públicas. Posteriormente, apresenta-se uma caracterização da UNESPAR/ Campus Apucarana, destacando fatores que incidiram na evasão dos(as) estudantes, e, por fim, às considerações finais.

2. A EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR: APROXIMAÇÕES INICIAIS

A evasão no ensino superior é um fenômeno complexo que afeta diretamente a trajetória acadêmica de milhares de estudantes no Brasil. Embora, à primeira vista, possa parecer uma escolha individual, a evasão precisa ser compreendida dentro de um contexto social mais amplo, onde se cruzam desigualdades econômicas, falta de políticas públicas efetivas, dificuldades de acesso e permanência, e um sistema educacional historicamente contraditório e seletivo.

No levantamento realizado para aproximação do tema, verifica-se que não há unanimidade sobre o conceito de evasão no ensino superior. Uma fonte de pesquisa sobre o tema, refere-se ao relatório nacional sobre “Diplomação, retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas”, publicado em 1996, fruto de um trabalho coletivo organizado pela Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, composta por dirigentes das Instituições Federais de Ensino e representantes do Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 1996).

No relatório, a Comissão reconhece a complexidade do fenômeno e identifica três níveis distintos de evasão: evasão de curso, evasão da instituição e evasão do sistema. Essa distinção é fundamental para evitar simplificações em torno de um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores econômicos, sociais, acadêmicos e institucionais (BRASIL, 1996).

Para o encaminhamento das discussões, adota-se nesta pesquisa a evasão de curso, compreendida como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996, p. 56). Esta mesma definição é utilizada também por órgãos oficiais, como o



INEP, o qual define evasão como “a saída antecipada do aluno, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência independentemente do motivo” (INEP, 2017, p. 9).

É importante destacar que, embora o relatório da Comissão de 1996 discuta especificamente a realidade das IES públicas, atualmente a evasão constitui um fenômeno presente também nas instituições privadas, e, sobretudo, nos cursos ofertados na modalidade a distância (EaD), que apresentam taxas historicamente superiores às da modalidade presencial.

Nessa perspectiva, é importante considerar que dentre os diversos fatores que influenciam a evasão no ensino superior, a questão econômica se destaca como uma das mais determinantes. A pobreza, enquanto expressão da questão social e do modo de produção capitalista, atravessa as trajetórias educacionais, impondo obstáculos concretos à permanência dos estudantes na universidade. Como destaca Dias Sobrinho (2010, p. 129), “a pobreza é, possivelmente, o mais importante fator de exclusão social e cultural a privação material se associa a exclusão simbólica e educacional, dificultando que jovens das classes populares consigam construir um percurso escolar longo, estável e de qualidade”.

Dados do IBGE (2024) apontam que entre as pessoas que frequentaram um curso superior (concluído ou não) 72,6% tinham cursado o nível médio exclusivamente na rede pública, isso revela um perfil marcado, em sua grande maioria, pelas desigualdades sociais e regionais. Muitos desses estudantes quando ingressam na universidade são trabalhadores, por isso, a importância de se conhecer quem é esse estudante-trabalhador, principalmente, com as mudanças no ‘mundo do trabalho’ e a inserção precária de sua força de trabalho.

Nessa mesma direção, é importante reconhecer que a evasão estudantil não atinge todos os grupos da mesma forma. Trata-se de um fenômeno profundamente marcado por desigualdades estruturais que se entrecruzam e produzem impactos diferenciados nas trajetórias acadêmicas. Como explicam Collins e Bilge (2021, p. 15), “as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.” Isso evidencia que estudantes negros, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e moradores de territórios periféricos enfrentam barreiras adicionais, resultado da sobreposição de opressões históricas que incidem diretamente sobre suas condições de permanência. Como apontam Prado, Silva e Araújo (2022, p. 2),

[...] os estudantes das camadas populares, muitas vezes os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior, enfrentam inúmeras barreiras para sua permanência, como a dificuldade de acesso à moradia estudantil, alimentação, transporte e recursos básicos para acompanhar os estudos.

Essa realidade não é fruto do acaso, expressa um projeto societário alinhado aos interesses do capital. As primeiras décadas do século XXI foram marcadas por um ciclo de políticas voltadas à ampliação do acesso às universidades, sustentadas pelo discurso da democratização e da inclusão social. No entanto, essas ações ocorreram dentro dos limites de um modelo neoliberal já consolidado, no qual a expansão quantitativa não significou, necessariamente, igualdade de condições para todos.



O ensino à distância passou a ser usado como um instrumento estratégico para o cumprimento das metas de expansão, especialmente por parte das instituições privadas, que praticamente oferecem pouca estrutura de assistência estudantil. Nesse sentido, Lima (2012) chama atenção ao fato de que esse processo não estava para atender às demandas da população que almejava o acesso ao ensino superior, mas sim, aos objetivos da mercantilização. A expansão das vagas deveria ocorrer mediante a expansão do número de docentes, de ampliação da infraestrutura, equipamentos tecnológicos, condições de trabalho, etc.

É importante destacar que a qualidade da formação³ está entre os fatores que podem provocar a evasão, entretanto, Cardoso (2010) aponta outros elementos não dissociados à esse, tais como: causas acadêmicas motivadas por uma preparação inadequada para responder às demandas universitárias, o desinteresse com o conteúdo; causas motivacionais relacionadas aos baixo nível de comprometimento com a Instituição ou ainda, falta de um projeto de vida profissional; causas psicossociais, decorrentes de problemas sociais ou emocionais e; causas financeiras que diz respeito a falta de condições de arcar com os custos do ensino ou a percepção de que tal investimento não trará um retorno satisfatório em relação aos aspectos financeiros, pessoais ou profissionais.

Nesse sentido, coaduna-se com as reflexões de Silva (2020) ao apontar que o estudante de graduação precisa apoiar-se em algumas condições materiais para permanecer na instituição e, se este ou sua família não possui tais condições, cabe ao Estado provê-la.

Não há dúvidas de que a graduação em uma universidade pública, apesar de gratuita, demanda gastos financeiros. Nesse ponto, destaca-se a importância da política de permanência estudantil na universidade no sentido de “reduzir os impactos das desigualdades sociais, fator que pode levar o discente à evasão de seu curso” (Silva, 2020, p. 50).

Em que pese a lógica meritocrática e produtivista presente nas reformas educacionais, o aumento de vagas em instituições de ensino superior e especialmente o ingresso de estudantes de baixa renda deixou evidente a necessidade de ações que garantissem a permanência dos estudantes.

Assim, foi durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016) que a política de permanência estudantil ganhou destaque e foi consolidada como uma ação institucional voltada à redução das desigualdades sociais no acesso e na conclusão da educação superior. Ainda que tenha sido um passo importante para ampliar o apoio a grupos historicamente excluídos, sua cobertura permanece reduzida diante das demandas crescentes. Nessa perspectiva, fica evidente que somente o ingresso por meio de cotas de escolas públicas e baixa renda não garante a inclusão. Há que se efetivar a inclusão por meio de políticas que possibilitem a permanência desse estudante (Silva, 2020).

³ Silva (2020, p. 48) a partir de uma pesquisa realizada sobre a política de permanência no ensino Superior no Brasil e a formação de qualidade, entende que a qualidade no ensino superior depende de múltiplos fatores como “uma boa universidade; condições de trabalho adequadas àqueles que nela atuam; professores qualificados; equipamentos de qualidade; condições necessárias ao desenvolvimento da pesquisa e extensão como existência de laboratórios bem equipados, recursos materiais e humanos; oferta de bons estágios; capital cultural dos docentes e discentes, isto é, todas as condições objetivas e subjetivas para estes se dedicarem aos estudos”.



No Paraná, nos governos de Beto Richa e especialmente de Carlos Massa Ratinho Júnior, as políticas estaduais de educação têm sido orientadas a partir de um modelo gerencialista e privatista. Tal orientação se expressa na plataformização do ensino, na ampliação dos colégios cívico-militares e na transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado, sob o discurso da eficiência e da inovação.

No que tange às IES públicas estaduais, estas estão diretamente condicionadas às políticas de financiamento público e a destinação orçamentária do governo estadual. Considerando que a maior parte dos(as) estudantes é de baixa renda e egressa de escolas públicas, o orçamento da universidade torna-se fundamental para analisar as possibilidades de permanência. Nessa direção, considera-se que a evasão não é assunto de um ou outro curso, a universidade precisa se ocupar desse assunto.

É preciso conhecer o perfil dos estudantes, a realidade do estudante-trabalhador e as condições objetivas das universidades em formá-los. No âmbito da formação em Serviço Social, tais conhecimento e os motivos que levaram e ou tem levado à evasão precisam fazer parte, por exemplo, das discussões do Núcleo Docente Estruturante- NDE e da revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, considerando que as exigências pedagógicas e formativas da profissão também passam pela apreensão desses elementos.

3. A EVASÃO ESTUDANTIL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNESPAR/ CAMPUS APUCARANA: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS

Antes de se abordar os procedimentos metodológicos e os resultados da pesquisa, é importante entender o “lugar de onde se está falando”, por isso, apresenta-se brevemente algumas particularidades que caracterizam a universidade e o curso de Serviço Social.

A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) é uma das sete universidades públicas mantidas pelo Governo do Estado. Criada oficialmente em 2001 pela Lei Estadual nº 13.283 (PARANÁ, 2001) e credenciada como universidade em 2013, pelo Decreto nº 9.538 (UNESPAR, 2014). Embora seja uma instituição jovem, traz algumas características próprias em sua constituição, pois emerge da união de diferentes faculdades isoladas, abarcando várias experiências do ensino superior público do Paraná e consolidando-se como uma instituição multicampi.

Considerando o marco legal de criação da universidade, a política de assistência e permanência estudantil é algo recente, somente nos últimos anos a UNESPAR começou a estruturar esta política de forma mais organizada, especialmente com a criação da Pró-reitora de Políticas Estudantis e Direitos Humanos (PROPEDH) em 2021, que passou a coordenar os programas e ações de assistência e permanência. Com essa iniciativa, a universidade aprovou a Política Institucional de Assistência e Permanência Estudantil (PIAPE) em dezembro de 2024, viabilizando os programas de acolhimento e auxílio financeiro (UNESPAR, 2024).



No que tange ao Campus de Apucarana, este foi criado em 2013, por meio da Lei Estadual nº 17.590 (PARANÁ, 2013). Por fazer parte de uma instituição pública multicampi, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027) reconhece que há desigualdades estruturais expressivas entre os campi, tanto em relação a infraestrutura física, quanto a disponibilidade de recursos e investimentos (UNESPAR, 2023).

Em relação ao Curso de Serviço Social, este, ao longo de seus 20 anos de existência, passou por várias revisões em seu Projeto Político Pedagógico e novas configurações foram ocorrendo, à exemplo da composição de seu quadro docente. Atualmente o curso conta com 9 efetivos e um professor temporário e possui um total de 104 estudantes matriculados (UNESPAR, PROGRAD, 2025). Os(as) estudantes que ingressam no Curso são, em sua maioria, jovens entre 19 e 21 anos, com predominância feminina e formação de escolas públicas (UNESPAR, PROGRAD, 2025).

A apresentação desses aspectos, mesmo que de forma breve, são mediações necessárias para a análise dos dados. Assim, como parte do objetivo deste trabalho, delimitou-se como participantes da pesquisa os estudantes evadidos entre os anos de 2021 a 2024. A definição se deu a partir das listas anuais de matrícula fornecidas pela secretaria acadêmica da UNESPAR⁴ e pela Coordenação do curso.

Para a sua composição, foram consideradas as quatro turmas em andamento no período, correspondentes aos 1º, 2º, 3º e 4º anos da graduação. É importante destacar que cada uma dessas turmas teve seu ingresso em anos distintos. Assim, em 2021, por exemplo, havia turmas que haviam ingressado em 2018 (4º ano), 2019 (3º ano), 2020 (2º ano) e 2021 (1º ano). O levantamento identificou 133 estudantes evadidos entre o período de 2021 a 2024. Desse total foi possível realizar contato com 99 e enviar o questionário eletrônico a todos(as), obtendo 34 respostas válidas, o que corresponde a 34,3% do total de participantes contratados.

A partir dos dados fornecidos pelos 34 estudantes que participaram da pesquisa, o perfil identificado é majoritariamente do gênero feminino, correspondendo a 82,4 % do total, 14,7% composto pelo gênero masculino e 2,9% não binária. 47,1% (16) informaram possuir entre 20 a 25 anos, 11,8% (4) estão na faixa de 26 a 30 anos e 38,2% (13) estão na faixa acima de 30 anos e apenas 2,9% tinham menos de 20 anos. A maioria dos estudantes se autodeclara branca (64,7%) seguida por pardos(as) (23,5%) pretos(as) (8,8%) e indígenas (2,9%).

Em relação ao trabalho, os dados apontam que 61,8% afirmaram trabalhar em período integral, 20,6% trabalhavam em atividades informais, 5,9% em meio período, e 11,8% não desenvolveram nenhum tipo de trabalho remunerado. Ou seja, mais de oito em cada dez estudantes evadidos(as) precisavam conciliar trabalho e estudo.

Para compreender os fatores que influíram na evasão do curso, identificou-se, a partir do questionário, os principais elementos que contribuíram para essa decisão. Considerando o

⁴ É importante destacar que a universidade considera como evasão a não realização da rematrícula no ano seguinte, critério que norteou a construção da amostra investigada.



conjunto das respostas, foram definidos os eixos de análise que estruturam esta pesquisa, correspondentes aos fatores mais recorrentes e significativos nas falas dos(as) participantes.

Para visualizar melhor esses fatores, o quadro abaixo reúne as respostas das questões de múltipla escolha e das manifestações abertas do questionário. Entende-se que os aspectos identificados no eixo de análise não são elementos estabelecidos a partir de uma ordem de prioridade, ao contrário, eles estão interligados em uma rede complexa de determinações sociais, econômicas e institucionais que expressam a natureza multifatorial da evasão.

Quadro 1 - Fatores que influenciaram na evasão⁵

Eixo de Análise	Fatores agrupados	Total de respostas	Porcentagem (%)
A ruptura de um projeto de vida? A evasão justificada pelo trabalho	Necessidade de trabalhar e conciliar estudo/trabalho; dificuldades financeiras; carga horária de trabalho; dupla jornada	25	73,50%
Onde está a política de permanência estudantil?	Falta de apoio institucional; acolhimento; dificuldades com transporte e moradia; subsídios com alimentação; e bolsa estudantil	18	52,90%
Melhoria na infraestrutura da universidade	Infraestrutura precária; falta de RU; ventilação das salas, acessibilidade, internet, segurança, espaços de convivência; dificuldade no acesso a computadores	17	50%
Desafios frente à saúde mental	Problema de saúde física ou mental; ansiedade, depressão, desânimo na pandemia, sofrimento emocional	17	50%
A baixa valorização do diploma	Pouca valorização do diploma; falta de reconhecimento da profissão; mudança de curso por inserção mais fácil no mercado	15	44,10%
Dificuldades no processo de ensino-aprendizagem	Dificuldades de compreensão dos conteúdos e metodologias adotadas; avaliação, falta de acompanhamento no processo de ensino-aprendizagem; dificuldades de acompanhar conceitos teóricos; sobrecarga de leituras	9	26,50%
Sou mulher, mãe, trabalhadora e estudante	Gestação, cuidado com filhos, responsabilidades familiares	4	11,80%

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A partir dos dados levantados neste estudo, verifica-se que o fenômeno da evasão resulta da articulação de diferentes dimensões que se expressam nos eixos de análise. Entre os motivos apontados pelos(as) estudantes que evadiram do curso, o que apresentou maior incidência foi a necessidade de conciliar trabalho e estudo, revelando que a sobrevivência material, o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho impactam de forma direta e decisiva na permanência.

A evasão justificada pelo trabalho revela a realidade concreta vivida pelos(as) estudantes da classe trabalhadora, que buscam manter-se no curso a partir das condições que estão postas. Como vimos nos dados acima, entre os 34 ex-estudantes que participaram da pesquisa, 61,8% afirmaram trabalhar em período integral, e outros 20,6% exerciam atividades

⁵ Considerando o limite de extensão deste artigo, não será possível tratar os eixos de análise na sua complexidade, assim, apresenta-se uma síntese analítica evidenciando os eixos mais recorrentes.



esporádicas ou informais, revelando que mais de oito em cada dez precisavam conciliar jornada laboral com a vida acadêmica. A necessidade de garantir a sobrevivência por meio do trabalho se choca com o tempo e a energia exigidos pela formação acadêmica, gerando uma tensão permanente entre a reprodução da vida material e o projeto de emancipação por meio do estudo.

Ao tratarmos do estudante trabalhador, estamos considerando às exigências que recaem a esse novo perfil de trabalhador que Antunes (2018) chama de “novo proletariado de serviços”. Vive-se um período de reconfiguração do trabalho, em que as jornadas são longas, os vínculos frágeis e o cansaço são permanentes. A precarização não se expressa apenas em salários baixos, mas no tempo de vida.

Na pesquisa, apareceu de maneira significativa a sobrecarga vivenciada pelas estudantes mulheres, especialmente aquelas que são mães. Para além da jornada de trabalho e das exigências acadêmicas, recaem sobre elas as responsabilidades do cuidado e do trabalho doméstico, historicamente naturalizadas como atribuições femininas. Essa dupla e muitas vezes tripla jornada intensifica o cansaço e restringe o tempo destinado aos estudos, evidenciando que a evasão é atravessada pela condição de classe e também pelas desigualdades de gênero.

Os dados da pesquisa também demonstram o quanto essas condições estruturais se juntam com a ausência de políticas institucionais de apoio. Quase metade (45,5%) dos respondentes afirmou não ter tido acesso a nenhum programa de permanência estudantil e que teria sido importante.

A mudança no perfil dos estudantes tem apontado cada vez mais a necessidade de investimentos, assim, não se trata de conceber esta política a partir de ações pontuais e descontínuas, mas, de algo inerente ao próprio acesso e permanência na universidade.

Segundo dados recentes, a UNESPAR como um todo conta com 70 bolsas permanência (R\$ 500,00 mensais) e 84 auxílios alimentação (R\$ 250,00), além de cerca de 6.000 refeições gratuitas por mês no Restaurante Universitário (RU) (APROVA PARANÁ, 2024). Para ilustrar esse quantitativo de bolsas, do total de 9.547 estudantes matriculados na UNESPAR em 2025 (UNESPAR, 2025), as bolsas permanência representam 0,73%. No Campus de Apucarana, são 10 bolsas para um total de 1638 estudantes matriculados, ou seja, um quantitativo extremamente insuficiente diante da demanda de estudantes que não são incluídos, mas atendem aos critérios socioeconômicos dos editais ofertados pela assistência estudantil.

Esses dados revelam mais do que uma deficiência administrativa, mostram a face concreta da desigualdade estrutural que atravessa o ensino superior público. O estudante que precisa trabalhar para se sustentar, que arca com o custo diário de transporte e alimentação e que conta com políticas institucionais ainda frágeis, acaba tendo sua permanência comprometida. Nessa perspectiva, a dificuldade não está apenas na ausência de serviços, mas na insuficiência de subsídios públicos que garantam o direito à permanência em condições de igualdade. Como aponta Sguissardi (2009, p. 47), em uma análise que dialoga diretamente com esse cenário:



inclusão precária. Os estudantes ingressam, mas enfrentam condições adversas para permanecer e concluir seus cursos, o que acaba por reproduzir a exclusão sob novas formas.

Quando o acesso à alimentação, ao transporte e aos auxílios institucionais se tornam incertos, o peso da permanência recai inteiramente sobre o indivíduo, que precisa conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares em um cenário de constantes privações.

Assegurar a permanência também implica garantir uma infraestrutura física adequada, que favoreça o aprendizado, o convívio e o desenvolvimento acadêmico. Na questão “Como você avalia a estrutura física da UNESPAR/ Apucarana em relação a espaços de estudo, convivência, descanso e acessibilidade?”, 58,8% dos ex-alunos colocaram que é razoável, mas poderia melhorar; 23,5% apontou como inadequada, falta estrutura para os estudantes e somente 17,6% disseram que ela é adequada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESPAR (2023-2027) reconhece essa realidade ao estabelecer como meta institucional ações voltadas à “adequação dos espaços físicos conforme as normas de acessibilidade, com prioridade para reformas em prédios antigos e construção de rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil” (UNESPAR, 2023, p. 114).

Ainda que o PDI apresenta diagnósticos e intenções claras, sem o devido investimento público as melhorias permanecem no plano do discurso institucional. Sem investimento, não há inclusão, acessibilidade ou permanência estudantil possíveis, pois a falta de recursos inviabiliza não apenas a adaptação física dos espaços, mas também a construção de um ambiente verdadeiramente acolhedor e digno para todos(as) os(as) estudantes.

Para se ter uma ideia, no ano de 2025 a UNESPAR teve seu orçamento ampliado para 83,3%, passando de aproximadamente R\$179 milhões para R\$328 milhões (PARANÁ, 2024). Apesar do aumento expressivo nos números, os relatórios financeiros evidenciam que a maior parte dos recursos é destinada a despesas obrigatórias e contratos de terceirização, especialmente com serviços de limpeza, segurança e vigilância.

As verbas voltadas a reformas, obras estruturais e aquisição de equipamentos representam uma pequena fração do total, o que limita os investimentos diretos em infraestrutura e melhoria dos espaços de ensino. Ou seja, mesmo com o anúncio de um orçamento “recorde”, os investimentos permanecem concentrados na manutenção administrativa, enquanto áreas essenciais, como pesquisa, extensão e permanência estudantil, recebem percentuais reduzidos.

Outro fator apontado pelos ex-estudantes refere-se a saúde mental que aparece em terceiro lugar nos motivos de evasão, com o total de 50%. Compreender a saúde mental como um aspecto importante no estudo da evasão é reconhecer que o adoecimento dos(as) estudantes não se restringe ao ambiente universitário, mas reflete as contradições sociais e econômicas mais amplas que atravessam a vida social.

Pesquisa desenvolvida por Barros (2021), revelam que sofrimento psíquico, como: transtornos de ansiedade, depressão, estresse, síndrome de burnout, entre outros, têm ocorrido com expressiva frequência no público universitário, entretanto a autora ressalta que “estudos que



se disponham a traçar um perfil ampliado do estado da saúde mental dessa população ainda são escassos” (Barros, 2021, p. 28).

Para ilustrar melhor a ampliação da incidência dos níveis de adoecimento psíquico entre estudantes universitários, citamos aqui uma pesquisa apresentada por Barros (2021) e realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) com o objetivo de levantar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino. Segundo Barros, a pesquisa publicada em 2019 pela FONAPRACE identifica

um alto grau de sofrimento psíquico entre graduandos, com 83,5% dos estudantes queixando-se de dificuldades emocionais que interferem na sua vida acadêmica. As principais dificuldades relatadas pelos entrevistados foram: ansiedade (63,6%), desânimo/desmotivação (45,6%) e insônia /alteração no sono (32,7%). O relatório indica ainda que entre a pesquisa de 2014 e a de 2018 houve um aumento de 68,8 % e 107,9% nos índices de “ideação de morte” e “pensamento suicida” respectivamente, atingindo os valores de 10,8%, e 8,5% (FONAPRACE, apud Barros, 2021, p. 30).

Esses números revelam um cenário preocupante e apontam para a urgência de se compreender a saúde mental dos(as) estudantes para além da dimensão individual. Como discute Barros (2021), o adoecimento psíquico não pode ser reduzido a um problema pessoal, pois expressa as contradições sociais e institucionais que marcam o cotidiano universitário.

Assim, o enfrentamento do adoecimento deve ser pensado de forma articulada entre as esferas pedagógica, social e psicológica, superando a lógica individualizante que responsabiliza o estudante por administrar, sozinho, os efeitos das contradições produzidas no interior da própria universidade.

A baixa valorização do diploma aparece entre as respostas dos(as) ex-estudantes também como um dos motivos significativos da evasão, especialmente quando associada às condições objetivas de trabalho e a ausência de perspectivas de inserção profissional estável. Dos ex-alunos que responderam ao questionário, 26,5% colocaram como motivo da evasão a pouca valorização do diploma no mercado de trabalho. Esses números, porém, não expressam desinteresse, mas, possivelmente, podem estar relacionados às próprias tendências que estão presentes na sociedade atual.

O enfoque muitas vezes conservador das redes sociais, o qual reforça o pensamento de que “não precisa ter um curso superior para ganhar dinheiro”, entre outras tendências, tem favorecido às perspectivas de desvalorização da universidade. Nesse contexto, a “baixa valorização do diploma” expressa a crise de sentido da formação a partir de princípios mercadológicos que tem reconfigurado o valor do conhecimento. O saber e a reflexão passam a ser vistos como “baixo retorno” diante da lógica da empregabilidade imediata, da certificação rápida e da credencial instrumental.

Ou seja, a desvalorização do diploma reflete a precarização do trabalho profissional, especialmente no campo das políticas sociais, onde os assistentes sociais são convocados a intervir em cenários de precariedade que reproduzem as próprias condições que enfrentam.

No plano institucional e político, há contracorrentes. O Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS mantêm campanhas permanentes de valorização da profissão, reafirmando a



importância do Serviço Social como prática comprometida com os direitos e a justiça social. E evidencia que a valorização, para além da questão salarial, envolve também a defesa de condições dignas de trabalho, de concursos públicos e de um Estado capaz de garantir direitos sociais. Essas ações afirmam o caráter coletivo e político da valorização do diploma, contrapondo-se a lógica individualizante do mercado.

Outro aspecto que apareceu nas respostas obtidas no questionário, foi a dificuldade no processo de ensino-aprendizagem. Nas questões abertas os/as estudantes relataram a sobrecarga de leituras e trabalhos, dificuldades em conciliar estudo, trabalho e responsabilidades familiares, além de insegurança diante das avaliações e medo de não dar conta. A esses apontamentos, somam-se, também, as limitações concretas trazidas pelos(as) estudantes, em sua maioria trabalhadores, mães, vindos de escolas públicas e com trajetórias educacionais marcadas pela ausência de estímulo cultural.

A mudança no perfil dos/as estudantes não é algo desconhecido no âmbito da formação profissional, especialmente nos últimos anos, com o acesso às redes sociais e ao uso da inteligência artificial, os desafios no processo formativo são de diversas ordens e tem exigido cada vez mais um esforço por parte dos docentes e da comunidade acadêmica em entender o processo de ensino-aprendizagem diante dessas novas configurações.

É preciso ter claro que as lacunas nas mediações pedagógicas não apontam apenas falhas individuais dos docentes, mas reflete um modelo de ensino que desumaniza a relação entre educadores e educandos, tratando o aprendizado como mera transmissão de conteúdo e desconsiderando a construção ativa do conhecimento. Autores como Pimenta e Anastasiou (2002) reforçam que a docência universitária exige formação pedagógica específica, uma vez que o domínio do conteúdo científico não garante, por si só, o domínio do processo de ensino. Para elas,

Não basta ao docente saber muito sobre um conteúdo. É preciso compreender o modo como o aluno aprende, os obstáculos que enfrenta e o contexto em que se insere. O saber pedagógico é o que possibilita transformar o conteúdo em conhecimento acessível e significativo (Pimenta, Anastasiou, 2002. p. 89).

Ou seja, ensinar é um ato de diálogo e compromisso com a realidade social dos estudantes, e não apenas um meio de cumprir o conteúdo programático. Quando a relação pedagógica se reduz somente à mera transmissão, a universidade se distancia de sua função social, transformando-se num espaço de reprodução de desigualdades.

Portanto, um dos desafios que se impõe no processo de formação profissional é construir mediações necessárias para que o estudante trabalhador consiga apreender criticamente a realidade, não desconsiderando sua experiência social. Esse é o verdadeiro sentido do ensino crítico e emancipador. Como enfatizam Iamamoto e Carvalho (2014, p. 79)

Formar o assistente social é contribuir para que ele compreenda as expressões da questão social em sua totalidade e contradições, desenvolvendo capacidade de análise e intervenção crítica. O profissional deve ser preparado para atuar de forma ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, na direção de um projeto societário emancipador.



Formar profissionais em Serviço Social é, portanto, formar sujeitos críticos, capazes de ler a realidade para transformá-la, o que requer, por parte da universidade e dos docentes, práticas pedagógicas que considere as condições concretas dos(as) estudantes, sem abrir mão do compromisso com o projeto ético-político da profissão.

Nesse sentido, a didática não pode ser entendida como somente técnica ou algo acessório, mas como expressão de um compromisso ético e político com a aprendizagem e com a emancipação dos sujeitos. Ensinar, portanto, é um ato que exige envolvimento, escuta e diálogo com a realidade social dos(as) estudantes.

Como salientam Mauriel, Valdo e Jesus (2025, p. 118), “O projeto pedagógico crítico expresso nas Diretrizes Curriculares representa um processo de construção permanente, que se desenvolve no contexto contraditório das relações sociais capitalistas e na contracorrente das tendências da educação superior do país”. Portanto, os fatores que interferem na evasão estudantil, identificados nesta pesquisa, não são alheios à formação profissional, pelo contrário, precisam ser conhecidos e considerados na discussão da qualidade do ensino na graduação. São esses dados da realidade que possibilitam à formação e ao trabalho profissional fazer escolhas, tomar decisões e identificar tendências futuras, fortalecendo os valores ético-políticos da formação e da profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas, é possível afirmar que a evasão no Curso de Serviço Social da UNESPAR/Campus Apucarana não pode ser compreendida como uma decisão individual isolada. Embora os(as) estudantes apontem motivos como trabalho, dificuldades financeiras, saúde mental, estrutura institucional e baixa valorização da formação universitária, tais fatores não se apresentam de forma fragmentada. Ao contrário, eles se entrecruzam e revelam determinações mais profundas que atravessam a universidade pública na sociedade contemporânea.

A necessidade de conciliar trabalho e estudo, que apareceu como principal motivo da evasão, expressa a realidade concreta da classe trabalhadora em um contexto de precarização do trabalho, instabilidade e baixos salários. Quando o estudante precisa garantir sua própria sobrevivência, permanecer na universidade deixa de ser uma escolha real, pois escolher pressupõe ter opção, e, para muitos(as) estudantes que não acessam bolsas ou auxílios suficientes, evadir não é optar, mas responder às condições materiais que se impõem.

Por isso, discutir evasão é, necessariamente, discutir permanência. A ampliação do acesso ao ensino superior foi um avanço importante, mas não veio acompanhada, na mesma medida, de investimentos estruturais e fortalecimento das políticas de permanência e assistência estudantil. Diante desse cenário, enfrentar a evasão não significa apenas reduzir números, mas reconhecer suas raízes e construir respostas possíveis dentro das condições atuais.



Para que este se efetive como direito social, é necessário assegurar políticas de permanência contínuas, articuladas e que considerem as diversidades materiais, territoriais, subjetivas e pedagógicas dos sujeitos que compõem a universidade pública. O enfrentamento da evasão, portanto, exige mais do que ações pontuais e focalizadas: requer compromisso político, investimento público, acolhimento, escuta, planejamento institucional e fortalecimento de políticas permanentes e não emergenciais.

Assim, é no interior da universidade que podem ser construídas estratégias concretas de enfrentamento às desigualdades que impactam a permanência. Defender a permanência estudantil é defender a formação de profissionais críticos(as), comprometidos(as) com os direitos sociais e com a transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

APROVA PARANÁ. **Ações de assistência e permanência estudantis**: Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2024. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-12/aprova_parana2024_acoes_universidades. Acesso em: 22 fev. 2026

BARROS, Rebeca Neri de. **Saúde mental de estudantes universitários**: o que está acontecendo nas universidades? 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2024: divulgação dos resultados. Brasília, 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas1996.pdf. Acesso em: 18 fev, 2026.

CARDOSO, Wille Muriel. **Gestão da permanência nas instituições de ensino superior**. Gestão Universitária, v. 1, p. 1, 2022. Disponível em: <http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/gestao-da-permanencia-nas-instituicoes-de-ensino-superior-parte-2-a-analise-das-causas>. Acesso em: 14 fev. 2026

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIAS, Sobrinho, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHtq/>. Acesso em: 22 fev. 2026

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Maria Lígia. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. Agência de Notícias do IBGE, Rio de Janeiro, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->



[agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta](#). Acesso em: 14 fev, 2026

LIMA, Kátia Regina de Souza. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer, ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Org.). **Serviço Social e educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas; VALDO, João Paulo da Silva; ELPIDIO, Maria Helena de Jesus. “Quem é de luta, resiste!” A defesa do projeto democrático e classista para a educação e da formação em Serviço Social antirracista e emancipatória. **Temporalis**, v. 25, n. 50, p. 116–127, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/49982/35275>, acesso em 20 fev. 2026.

PARANÁ (Estado). **Lei nº 17.590, de 13 de junho de 2013**. Cria o Campus de Apucarana da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 13 jun, 2013.

PARANÁ (Estado). **Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001**. Integram em uma só autarquia, denominada Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, as entidades de ensino superior que especifica e adota outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, 26 out. 2001. Disponível em: <https://jurishand.com/lei-estadual-do-parana-13283-de-26-outubro-2001>. Acesso em 14 fev. 2026

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO, Geovana Ferreira; SILVA, Maria Aparecida; ARAÚJO, Ana Carolina. Desafios da permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: um olhar sobre as desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 1–15, 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Vislene Querino Fofano. **Política de permanência no Ensino Superior no Brasil e formação de qualidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11590>. Acesso em: 22 fev. 2026

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da educação superior**: faces da exclusão e limites da inclusão. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dFtMDqfdWm75WSc5vKXHctq/>. Acesso em: 22 fev. 2026

UNESPAR, Universidade Estadual do Paraná. **Estatuto da Universidade Estadual do Paraná**. Curitiba: UNESPAR, 2014.

UNESPAR, Universidade Estadual do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023–2027**. Curitiba: UNESPAR, 2023.

UNESPAR, Universidade Estadual do Paraná, PROGRAD, Pró Reitoria de Ensino de Graduação. **Registro Acadêmicos**, 2025

UNESPAR, Universidade Estadual do Paraná. Resolução nº 016/2024 – COU/UNESPAR, de 12 dez. 2024. **Aprova a Política Institucional de Assistência e Permanência Estudantil (PIAPE)**. Disponível em <https://propedh.unespar.edu.br/assuntos/documentos/resolucoes>. Acesso em 14 fev. 2026.